Por conseguinte, tendo em vista que a matéria discutida nos autos é de conhecimento da parte interessada, declaro encerrada a fase instrutória.

Publique-se e intime-se, nos termos da Lei Estadual n. 10.177/1998, via Ofício com aviso de recebimento em “mão própria” para, querendo, apresentar razões finais no prazo de 07 (sete) dias.

Processo Administrativo 108610/2015

Portaria SPPREV/DBM 111/2018

Procedimento administrativo de extinção de benefício de pensão por morte - filha solteira

Interessada: Sra. THSB (RG:29.583.344-0 CPF:249.303.238-19) REPRESENTADA PELO DR.LUIS CÂNDIDO BOARETTO RAVI-ZON OAB/SP 326.433

Trata-se de procedimento administrativo destinado a apurar a regularidade do ato de manutenção do benefício de pensão por morte conferido, na qualidade de filha solteira, a Sra. THSB, Benefício 50252495, instituída pelo militar SD PM RE 46907 PAULO MANOEL BARRROS, falecido em 09-12-1997, por haver indícios de constituição de união estável, com fundamento nos artigos 8º, III, c/c 19, II, da Lei Estadual 452/1974, em sua redação original.

Com a abertura do referido procedimento a interessada foi intimada por meio do ofício SPPREV/DBM/SAF 33/2917/2018 sobre a possibilidade de, querendo, apresentar manifestação preliminar no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 59, II, c/c art. 58, IV, da Lei 10.177/98 (fls. 50).

Em 17-09-2018, sob o protocolo SPDOC 1326175/2018 (fls. 51/56), a interessada por meio de seu advogado, apresentou manifestação na qual alegou, em síntese, que:

- (...)
- (...)
- (...)

É a síntese, passo a expor.

Analisando o conjunto probatório verifica-se que não foi apresentado nenhum elemento que possa modificar o fato que ensejou este procedimento de extinção.Assim, persistindo a possibilidade de prejuízo de reparação onerosa ou impossível a Autarquia, o benefício de pensão por morte da interessada será suspenso até a decisão final do procedimento, nos termos do artigo 60 da Lei 10.177/98.

Por conseguinte, tendo em vista que a matéria discutida nos autos é de conhecimento da parte interessada, declaro encerrada a fase instrutória.

Publique-se e intime-se, nos termos da Lei Estadual n. 10.177/1998, via Ofício com aviso de recebimento em “mão própria” para, querendo, apresentar razões finais no prazo de 07 (sete) dias.

INSTITUTO DE PAGAMENTOS ESPECIAIS DE SÃO PAULO

Portaria Ipesp-DGC 11 / 2018, de 27-09-2018

Instaura procedimento administrativo de nulidade do ato de concessão de 2ª aposentadoria, para fins que menciona e dá outras providências

A Diretora de Gestão de Carteiras, amparada nos artigos 6º e 8º, ambos do Decreto Estadual 56.007/2010, resolve:

I. Instaurar procedimento administrativo de nulidade do ato de concessão de 2ª aposentadoria em favor de PAULO SERGIO PRAZERES QUEIROZ, por não se enquadrar nos requisitos do artigo 5º, item XI da Lei 14.016/2010 que tratam das alterações do artigo 20 da Lei Estadual 10.393/1970. Serão suspensos os valores que excedem ao que faz jus - conforme artigo 60 da Lei 10.177/98.

II.O procedimento administrativo de invalidação será processado pela Diretoria de Gestão de Carteiras do Instituto de Pagamentos Especiais de São Paulo - Ipesp.

III. Fica faculta vistas dos autos e acompanhamento de todos os atos processuais, pessoalmente ou por intermédio de procurador.

IV. Esta portaria entrará em vigor a partir da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CARTEIRA DOS ADVOGADOS

Despacho da Diretora, de 27-09-2018

Deferido

APOSENTADORIA POR INVALIDEZ

A vista do Laudo Pericial 175/2018 de 30-04-2018, o pedido de Aposentadoria por Invalidez, formulado por CARLOS ROBERTO DOMINGUES VIEIRA, inscrito na Carteira de Previdência dos Advogados, por ser portador de patologia que o(a) INVALIDA EM DEFINITIVO para exercer suas atividades profissionais.

Para fins de Imposto de Renda as patologias ENQUADRA(M)-SE no inciso XIV do artigo 6º da lei 7713 de 22/12/88, alterado pelo artigo 47 da lei 8541 de 23/12/92, com a redação dada pelo artigo 1º da lei 11052 de 29-12-2004.

Deferido

APOSENTADORIA

O pedido de aposentadoria nos termos do artigo 9º inciso I e II da lei 13.549/09, formulado pela Dra. JULIETA MARIA FONSECA PEREIRA DE SOUZA LOPES DE OLIVEIRA, por preencher os requisitos, Tempo de Inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, Tempo de Contribuição para as Carteiras e Idade.

Deferido

ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA

DEFERIDO, para fins de isenção de imposto de renda, que ANTONIO AUGUSTO ROQUE advogado, aposentado, é portador de patologia diagnosticada em FEVEREIRO/2014, QUE ESTÁ PREVISTA no inciso XIV do artigo 6º da Lei 7713 de 22/12/88, alterado pelo artigo 47 da Lei 8541 de 23/12/92, com a redação dada pelo artigo 1º da Lei 11052 de 29-12-2004.

O presente laudo tem VALIDADE DEFINITIVA a contar da data do diagnostico (FEVEREIRO/2014).

DEFERIDO, para fins de isenção de imposto de renda, que DELSO ALENCAR LARANJEIRAS advogado, aposentado, é portador de patologia diagnosticada em OUTUBRO/2011, QUE ESTÁ PREVISTA no inciso XIV do artigo 6º da Lei 7713 de 22/12/88, alterado pelo artigo 47 da Lei 8541 de 23/12/92, com a redação dada pelo artigo 1º da Lei 11052 de 29-12-2004.

O presente laudo tem VALIDADE DEFINITIVA a contar da data do diagnostico (OUTUBRO/2011).

DEFERIDO, para fins de isenção de imposto de renda, que SERAFIM FERREIRA NETO advogado, aposentado, é portador de patologia diagnosticada em JUNHO/2006, QUE ESTÁ PREVISTA no inciso XIV do artigo 6º da Lei 7713 de 22/12/88, alterado pelo artigo 47 da Lei 8541 de 23/12/92, com a redação dada pelo artigo 1º da Lei 11052 de 29-12-2004.

O presente laudo tem VALIDADE DEFINITIVA a contar da data do diagnostico (JUNHO/2006).

Agricultura e Abastecimento

GABINETE DO SECRETÁRIO

Despacho do Chefe de Gabinete, de 27-9-2018

À vista da solicitação formulada pela Prefeitura do Município de Viradouro, com fundamento no artigo 5º, inciso XXXIII da Constituição Federal, na Lei federal 12.527/11 e no Decreto estadual 58.052/12, autorizo, vista e extração de cópias dos documentos solicitados, encartados no Processo SAA 4.638/2017, mediante o recolhimento das taxas referentes ao serviço de reprodução, nos termos do art. 16 do mencionado decreto. Para tanto, os autos permanecerão, pelo período de 10 dias, no Núcleo de Protocolo e Arquivo do Departamento de Administração da sede desta Pasta, localizado na Praça Ramos de Azevedo, 254 – Centro, CEP 01037-912 - São Paulo – SP, 6º andar, à disposição de procurador ou representante devida-

mente constituído, ficando vedada, entretanto, a retirada do processo da repartição pela existência de documentos originais de difícil reparação. Publique-se. Após, encaminhe-se ao Núcleo de Protocolo e Arquivo para as providências que couberem.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Despachos da Presidente da Comissão, de 27-9-2018
Conhecendo do recurso interposto por Maria Celeste Teixeira Diniz, RG 54.457.462-X Assistente Técnico de Pesquisa Científica e Tecnológica, Nível III, classificada junto ao Instituto Biológico, da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios, para no mérito, negar-lhe provimento, visto que de acordo com a certidão para fins de promoção por antiguidade, a servidora não possui o interstício mínimo estipulado no parágrafo 2º, do artigo 7º da Lei Complementar 662/91, para participar do processo de promoção por antiguidade, no exercício de 2018.

Acolhendo os recursos interpostos pelos servidores abaixo mencionados:

Antonietta Aparecida Fiori, RG 17.498.911, Assistente Agropecuário, Nível II, classificada junto ao Escritório de Desenvolvimento Rural de Campinas, da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral, ficando alterado na lista de classificação final o tempo de serviço público estadual para: 6.560;

Ariel Ramos Lenharo, RG 26.330.317-2, Assistente Agropecuário, Nível II, classificado junto ao Escritório de Defesa Agropecuária de Bragança Paulista, da Coordenadoria de Defesa Agropecuária, e, a vista da justificativa apresentada pelo Diretor do Núcleo de Apoio Administrativo da Unidade, fica alterado na lista de classificação final o encargo de família para: 1;

Daniel Ferreira Martins Pio, RG 25.747.214-9, Assistente Agropecuário, Nível III, classificado junto ao Escritório de Desenvolvimento Rural de Botucatu, da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral, ficando alterado na lista de classificação final o tempo de serviço público estadual para: 4.083;

Marcelo Leonardo, RG 20.986.120-4, Assistente Agropecuário, Nível III, classificado junto ao Escritório de Desenvolvimento Rural de Botucatu, da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral, ficando alterado na lista de classificação final, o tempo de serviço público estadual para: 4.509, alterando a classificação do servidor na seguinte conformidade: de 36 para 33;

Eduardo Yukio Takaká, RG 17.522.212-5, Assistente Agropecuário, Nível III, classificado junto ao Escritório de Desenvolvimento Rural de Tupã, da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral, e no mérito indefiro, tendo em vista que com a republicação da lista de classificação final da série de classes de Assistente Agropecuário que concorrem ao processo de promoção por antiguidade do exercício de 2018, do Nível III para o Nível IV, o mesmo resta prejudicado.

Rafael Marcelino, RG 43.584.554-8, Assistente Agropecuário, Nível III, classificado junto ao Escritório de Desenvolvimento Rural de Botucatu, da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral, e no mérito indefiro, tendo em vista que com a republicação da lista de classificação final da série de classes de Assistente Agropecuário que concorrem ao processo de promoção por antiguidade do exercício de 2018, do Nível III para o Nível IV, o mesmo resta prejudicado.

AGÊNCIA PAULISTA DE TECNOLOGIA DOS AGRONEGÓCIOS

Despacho do Coordenador, de 27-9-2018
Conforme artigo 112, inciso VI, alínea "c" do Decreto 46.488 de 08/01/02 e à vista dos elementos constantes nos autos, Homologo o resultado e Adjudico o objeto do Convite BEC 130218000012018OC00030, para aquisição de gêneros alimentícios: Imave Comércio de Produtos em Geral Ltda e Comercial Hoher Ltda.

Comunicado

Classificação do Convite BEC 130218000012018OC00030, realizado no dia 27-09-2018. A comissão julgadora composta no Processo SAA 10.728/2018, para aquisição de gêneros alimentícios, após abertura dos envelopes eletrônico e análise das propostas apresentadas a comissão decidiu classificar as empresas conforme quadro abaixo:

Item 01 – Açúcar refinado

1º lugar – Imave Comércio de Produtos em Geral Ltda.

Item 02 – Açúcar refinado sache

1º lugar - Imave Comércio de Produtos em Geral Ltda.

Item 03 – Preparo em pó leite em pó - cacau

1º lugar – Comercial Hoher Ltda

INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA

Extrato de Reajuste Anual
Contratante – Instituto de Economia Agrícola.
Contratada – Nakamura Serviços de Informática Ltda.
Processo – 9.188/2016 – 3º Volume
Contrato – 03/2017
Valor mensal estimado – R\$18.496,80
Vigência a contar de julho de 2018

Direitos da Pessoa com Deficiência

GABINETE DA SECRETÁRIA

Resolução SEDPCD - 10, de 28-9-2018

Institui Comissão de Seleção para o Edital de Chamamento Público SEDPCD 03 /2018, cuja finalidade é a seleção de proposta para a celebração de parceria do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência – SEDPCD, com Organização da Sociedade Civil, mediante formalização de termo de colaboração

A Secretária de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, conforme artigo 28, inciso II, letra "b" do Decreto Estadual 52.841, de 27-03-2008, com fundamento no artigo 3.º, § 1.º, do Decreto Estadual 61.981, de 20-03-2016 e em atendimento à Lei Federal 13.019, de 31-07-2014, resolve:

Artigo 1º – Criar a Comissão de Seleção destinada a processar e julgar o Chamamento Público, oriundo do Edital SEDPCD 03/2018, cuja finalidade é a seleção de proposta para a celebração de parceria do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência – SEDPCD, com Organização da Sociedade Civil, mediante formalização de termo de colaboração. A parceria terá por objeto a execução das atividades e operacionalização dos processos gerenciais e administrativos, bem como a gestão dos serviços de atenção à pessoa com deficiência, no Centro de Tecnologia e Inovação da Rede Lucy Montoro, localizado no Parque Estadual Fontes do Ipiranga, sito na Rodovia dos Imigrantes Km 11,5 – SP.

Artigo 2º - A Comissão de Seleção será composta por:

I – Reinaldo Xavier Moreira – RG: 42.898.394-7;

II – Cecília Rodrigues da Silva – RG: 14.768.178-9

III – Roberto Muneratti Filho – RG: 6.147.026-0

Parágrafo Único: A Comissão de Seleção será coordenada pelo servidor Reinaldo Xavier Moreira.

Artigo 3º – Cabe à referida Comissão processar e julgar o Chamamento Público SEDPCD 03/2018.

Artigo 4º - A Comissão de Seleção terá vigência até a data de assinatura do Termo de Colaboração.

Artigo 5º - Esta resolução entre em vigor na data da sua publicação

Educação

GABINETE DO SECRETÁRIO

Resoluções, de 27-9-2018

Homologando, com fundamento no § 1º do artigo 9º, da Lei 10.403, de 6-7-1971, os pareceres abaixo:

Parecer 313/18 - que aprova, com fundamento na Deliberação CEE 142/2016, o pedido de Renovação do Reconhecimento do Curso de Bacharelado de Matemática Aplicada, com as Habilitações em Ciências Biológicas, Sistemas e Controle; Controle e Automação; e Métodos Matemáticos, oferecido pelo Instituto de Matemática e Estatística, da Universidade de São Paulo, pelo prazo de cinco anos.

Parecer 328/18 - a adequação curricular proposta pelo Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, oferecido pela Faculdade de Filosofia e Ciências do Campus de Marília, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, atende à Del. CEE 111/2012, alterada pela Deliberação CEE 154/2017.

Parecer 329/18 - a adequação curricular proposta pelo Curso de Licenciatura em Pedagogia, oferecido pela Faculdade de Ciências e Tecnologia do Campus de Presidente Prudente, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, atende à Del. CEE 111/2012, alterada pela Deliberação CEE 154/2017.

Parecer 330/18 - No Parecer CEE 356/2015

Onde se lê:

- que aprova, com fundamento na Deliberação CEE 99/2010, o pedido de Renovação do Reconhecimento do Curso Superior de Tecnologia em Materiais, Processos e Componentes Eletrônicos, oferecido pela Fatec São Paulo, do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, pelo prazo de cinco anos.

Leia-se:

que aprova:

- com fundamento na Deliberação CEE 99/2010, o pedido de Renovação do Reconhecimento do Curso Superior de Tecnologia em Materiais, Processos e Componentes Eletrônicos, para fins de expedição e registro de diplomas dos alunos ingressantes até 2015.

- com fundamento na Deliberação CEE 99/2010, o pedido de Renovação do Reconhecimento do Curso Superior de Tecnologia em Microeletrônica, para os ingressantes a partir de 2016, oferecidos pela Fatec São Paulo, do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, pelo prazo de cinco anos.

Resolução, de 10-9-2018

Homologando, com fundamento no § 1º do artigo 9º, da Lei 10.403, de 6-7-1971, o Parecer CEE 294/2018, que aprova a celebração dos Termos de Colaboração, entre o Estado de São Paulo, representado pela Secretaria de Estado da Educação e as instituições abaixo indicadas:

ENTIDADES	PROCESSO	ALUNOS DI
Apae de Terra Roxa	740574/2018	06
Apae de Pontal	74036/2018	24
Apae de Itariri	740441/2018	26
TOTAL		56

Resolução SE 59, de 27-9-2018

Dispõe sobre a aplicação de provas relativas ao Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo - Saresp/2018

O Secretário da Educação, com fundamento no que dispõe o Decreto 61.307, de 15-6-2015, à vista do que lhe representaram as Coordenadorias de Gestão da Educação Básica - CGEB e de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional - Cima, e considerando que:

- o Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo - Saresp, como instrumento de avaliação externa das unidades escolares de diferentes redes de ensino paulistas, oferece indicadores de extrema relevância para subsidiar a tomada de decisões dos educadores que nelas atuam;

- esse instrumento de avaliação externa em nível estadual viabiliza, para cada rede de ensino paulista, a possibilidade de análise comparativa dos resultados da aplicação das provas do Saresp e daqueles obtidos por meio de avaliações nacionais do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SAEB;
- os resultados do Saresp, por integrarem o Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo - IDESP, constituem para cada unidade escolar, importante indicador da qualidade do ensino oferecido,

Resolve:

Artigo 1º - A avaliação do Saresp deverá se realizar nos dias 27 e 28-11-2018 com a participação de:

I - todas as escolas da rede de ensino da Secretaria da Educação, em caráter obrigatório, abrangendo os alunos matriculados no 3º, 5º, 7º e 9º anos do ensino fundamental e na 3ª série do ensino médio;

II - todas as escolas das redes municipais, da rede de ensino do Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” - Ceeteps, da rede de ensino do Serviço Social da Indústria - Sesi, e outras escolas estaduais não administradas pela Secretaria da Educação, bem como as escolas particulares que aderirem à avaliação, abrangendo, em qualquer dos casos, os alunos matriculados nessas escolas, nos anos/série indicados no inciso I deste artigo.

§ 1º - Para poderem participar da avaliação do Saresp, as escolas a que se refere o inciso II deste artigo, devem possuir, no mínimo, 18 (dezoito) alunos por ano/série a serem avaliados.

§ 2º - A avaliação do Saresp será aplicada de forma censitária, abrangendo a totalidade dos alunos do ensino regular, de todos os turnos das classes/anos/série das escolas envolvidas, exceto os alunos do 7º ano do ensino fundamental da rede de ensino da Secretaria da Educação, para os quais a aplicação dar-se-á por amostragem.

§ 3º - O público-alvo do Saresp-2018 será considerado com base nos dados constantes do Sistema de Cadastro de Alunos - Deinf/Cima/SE, de 31-8-2018, conforme atualização feita pelas próprias escolas.

Artigo 2º - A participação das escolas paulistas, na avaliação do Saresp, a que se refere o inciso II do artigo 1º, será viabilizada com o acatamento das condições de adesão e com observância das normas e critérios estabelecidos nesta resolução.

Parágrafo único - A participação das escolas mencionadas no caput ocorrerá a partir da manifestação de interesse, assumindo estas os custos da avaliação e mediante adesão com assinatura de contrato diretamente com a instituição prestadora de serviços, contratada pela SEE para a realização do Saresp 2018.

Artigo 3º - No caso das escolas estaduais da rede de ensino da Secretaria da Educação, a avaliação do Saresp abrangerá, além dos alunos das classes de ensino regular, os alunos das classes de recuperação intensiva de ciclo - RC e de recuperação contínua e intensiva-RCI.

§ 1º - Os alunos dos anos/série envolvidos realizarão as provas na escola, nas classes e nos turnos (manhã, tarde e noite) que vêm frequentando no ano em curso.

§ 2º - Nos dias de realização das provas, as escolas deverão garantir o funcionamento regular das classes de alunos dos anos/séries e modalidades de ensino que não serão avaliados no Saresp-2018.

Artigo 4º - A avaliação do Saresp visa a aferir, relativamente aos alunos avaliados, o domínio das competências e habilidades básicas previstas para o término de cada ano/série e consistirá da aplicação de provas de Língua Portuguesa e de Matemática.

§ 1º - As provas serão elaboradas tendo por base as orientações expressas no documento “Matrizes de Referência para a Avaliação”, disponível no site da Secretaria da Educação

(www.educacao.sp.gov.br/consulta-saresp.html - Saresp 2018), em que se encontram descritas as habilidades, os conteúdos e as competências a serem avaliadas em cada disciplina e em cada ano/série.

§ 2º - As provas serão constituídas na seguinte conformidade:

I - para o 3º ano do ensino fundamental, predominantemente, de itens de resposta construída;

2 - para o 5º, 7º e 9º anos do ensino fundamental e 3ª série do ensino médio, de itens de múltipla escolha.

§ 3º - Serão aplicados diferentes tipos de cadernos de prova para cada ano/série e respectivas disciplinas.

§ 4º - Haverá elaboração de provas em escrita braille e de provas com texto em versão ampliada, por disciplina e por ano/ série, conforme haja necessidade de atendimento a alunos que apresentem deficiência visual, de acordo com dados constantes do Sistema de Cadastro de Alunos - Deinf/Cima/SE.

§ 5º - Os itens de múltipla escolha utilizados nas provas do 5º, 7º e 9º anos do ensino fundamental e 3ª série do ensino médio, para garantir a comparabilidade e confiabilidade necessárias nas avaliações de larga escala, devem ter seu sigilo garantido, nos termos do §3º do art. 7º da Lei federal 12.527/2011 e § 3º do art. 10 do Decreto estadual 58.052/2012.

Artigo 5º - Para realização das provas, deverão ser observados:

I - o cronograma constante do Anexo I que integra a presente resolução;

II - o horário regular de início das aulas adotado pela escola, conforme consta do Anexo II, que integra esta resolução;

III - o tempo de 3h30 (três horas e trinta minutos) para realização da prova pelos alunos do 3º ano do Ensino Fundamental, e o tempo de 2 (duas) horas, para realização da prova pelos alunos dos demais anos/série em ambos os casos com acréscimo de 1 (uma) hora para alunos com deficiência, observado o período de permanência obrigatória na sala de, no mínimo, 1(uma) hora e 30 (trinta) minutos.

Artigo 6º - As provas serão aplicadas na seguinte conformidade:

I - nas classes de 3º ano do ensino fundamental, por professores de 1º, de 2º ou de 3º ano do ensino fundamental, da própria escola, em turmas diversas daquelas nas quais lecionam;

II - nas classes dos demais anos/série do ensino fundamental e do ensino médio, por professores de outras escolas, observado o Plano de Aplicação das Provas, elaborado pelas Diretorias de Ensino.

§ 1º - Os professores aplicadores de provas, de que trata o inciso II deste artigo, quando pertencentes às redes estaduais ou municipais, serão convocados pelas respectivas autoridades educacionais de competência, mediante ato de convocação que deverá conter a indicação da unidade escolar em que cada um irá atuar.

§ 2º - No caso de escolas de redes municipais ou da rede particular e escolas estaduais não administradas pela Secretaria da Educação que não tenham possibilidade de atender ao disposto no inciso II deste artigo, as provas serão aplicadas por professores da própria escola, observando-se que, para cada aplicador, a turma/ano/série seja diferente daquela(s) em que ele leciona e, preferencialmente, que ministre aulas de disciplina diversa daquela(s) em que os alunos se encontrem em avaliação.

Artigo 7º - O processo da aplicação das provas nas escolas será acompanhado, em cada turno, por:

I - representantes dos pais de alunos ou seus responsáveis, sob a coordenação do diretor da unidade escolar;

II - fiscais externos, disponibilizados pela instituição prestadora de serviço contratada, que terão a responsabilidade de zelar pela licitude e transparência do processo.

Artigo 8º - São requisitos para atuação como professor aplicador:

I - ter vínculo empregatício na rede de ensino em que atuará e estar no exercício da docência;

II - participar dos treinamentos oferecidos pela escola/ Diretoria de Ensino ou pela Secretaria Municipal de Educação, de acordo com sua vinculação.

Parágrafo único - O professor aplicador deverá permanecer na unidade escolar durante todo o turno de realização das provas referente à sua turma de aplicação.

Artigo 9º - O professor aplicador, em atuação na turma que lhe for indicada, deverá:

I - cumprir todas as normas e procedimentos constantes do Manual do Aplicador, do vídeo instrucional do Saresp e dos treinamentos;

II - zelar pela segurança e sigilo dos cadernos de provas e folhas de respostas, procedendo ao seu recebimento e entrega em envelopes lacrados e não permitindo seu manuseio por qualquer pessoa que não o próprio aluno;

III - manter na sala, a partir do início da prova, a presença exclusiva dos alunos da turma avaliada, salvo nos casos de comprovada exigência da presença de pessoa(s) autorizada(s) para fornecer apoio específico a aluno(s) com deficiência.

Parágrafo único - Os instrumentos de divulgação e orientação a serem utilizados pelas redes de ensino no Saresp-2018, tais como o Manual de Orientação, o Manual do Aplicador e mesmo o vídeo instrucional, a que se refere o inciso I deste artigo, estarão disponibilizados, na data adequada, nas Diretorias de Ensino, nas Secretarias Municipais de Educação e também nos meios eletrônicos, a serem oportunamente divulgados.

Artigo 10 - O diretor da unidade escolar deverá:

I - informar aos alunos, à equipe escolar e à comunidade sobre a necessidade e a importância da participação dos discentes na avaliação do S